

---

# Banco Comunitário e Moeda Social: Organização Comunitária e Desenvolvimento Local

## Community Bank and Social Currency: Community Organization and Local Development.

*JACIARA GOMES RAPOSO\**  
*MAURÍCIO SARDÁ DE FARIA\*\**

### RESUMO

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), integram o campo das finanças solidárias, enquanto formas de organização coletiva de apoio mútuo que visam garantir o acesso ao crédito e estimular o desenvolvimento em comunidades empobrecidas através da organização da economia local, gerando novas interações socioeconômicas no território. Pressupõe a participação ativa da população local no processo de tomada de decisão e na definição democrática dos objetivos perseguidos e dos instrumentos de apoio às iniciativas locais. Pretende-se apresentar uma discussão sobre os BCDs, a partir das experiências existentes, principalmente as que surgem por iniciativa da própria comunidade e os BCDs formados com o apoio e a indução da política pública, identificando diferentes dinâmicas dos BCDs e das moedas sociais como instrumentos de promoção do desenvolvimento e fortalecimento das relações de identidade e transformação social em comunidades socioeconomicamente

---

\* Graduada em Economia pela UFPB e Mestre em Organização e Gestão pela UFPB, Técnica de Incubação da INCUBES/NUPLAR/UFPB Incubadora de Empreendimentos Solidários / Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Extensão e Ensino em Economia Solidária e Educação Popular da UFPB.

\*\* Prof. Adjunto III do Departamento de Gestão Pública do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba - DGP/CCSA/UFPB. Membro da Incubadora de Empreendimentos Solidários - INCUBES e Vice-Chefe do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Extensão e Estudos em Economia Solidária e Educação Popular - NUPLAR/UFPB.

vulneráveis. Considera-se a inserção da economia solidária e das finanças solidárias uma outra forma de conceber a produção, comercialização, consumo, prestação de serviços e distribuição de riqueza, centradas na valorização do ser humano elevação da qualidade de vida e ampliação das liberdades.

**Palavras-chaves:** Economia Solidária. Finanças Solidárias. Banco Comunitário de Desenvolvimento.

## **ABSTRATCT**

Community development banks (BCDs), are part of the field of solidarity finance, as forms of collective organization of mutual support aimed at ensuring access to credit and stimulate development in impoverished communities by organizing the local economy, creating new socioeconomic interactions territory. It requires the active participation of local people in the decision-making process and democratic definition of the objectives pursued and the instruments to support local initiatives. Intended to present a discussion of the BCDs, based on previous experiences, particularly those posted by the community initiative and also with the support of public policy, identifying different dynamics of BCDs and social currencies as instruments to promote the development and strengthening of identity relations and social transformation in socio-economically vulnerable communities. It is considered the inclusion of the social economy and solidarity finance is another way of conceiving the production, marketing, consumption, services and distribution of wealth, focused on valuing human improve the quality of life and increased freedoms.

**Keywords:** Solidarity Economy. Solidarity. Finances. Community and Development Bank.

## **INTRODUÇÃO**

A economia solidária e suas expressões surgem das relações coletivas em busca de sobrevivência, baseada na reciprocidade e na confiança. Uma economia com outro enfoque: a geração de riqueza social e bem viver. Os BCDs - Bancos comunitários de desenvolvimento estão inseridos no campo das finanças solidárias e tem o propósito de realizar um trabalho de inclusão social através de crédito solidário, financiamento de produção e consumo local, fortalecendo as relações econômicas da comunidade e contribuindo

para a alteração do quadro de exclusão social e econômica através do desenvolvimento territorial.

O Termo de Referência elaborado pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2006) define os BCDs como sendo:

Serviços financeiros solidários em rede de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva da reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Tendo como objetivo dinamizar as economias locais, promover o desenvolvimento do território e fortalecer a organização comunitária a partir da oferta de serviços financeiros.

O banco comunitário valoriza as pessoas e mobiliza as organizações da comunidade a partir dos serviços que oferece: moeda social circulante, crédito solidário para produção e consumo sem juros em moeda social; ou a juros baixos em real, cartão de crédito popular solidário, abertura e depósito em conta, saque avulso ou com cartão magnético (disponível em algumas experiências), recebimento de títulos, pagamentos e benefícios. Os serviços oferecidos promovem a inclusão de um conjunto significativo da população que não tem acesso a serviços bancários tradicionais e se mantém excluída financeiramente.

A introdução de um banco comunitário e moeda social em um território marcado pela vulnerabilidade e risco social, podem ser consideradas, uma inovação social que visa o desenvolvimento local através da prestação de serviços financeiros oferecidos a sua população, organização e fortalecimento da produção e consumo, conhecimento, expansão de capacidades locais e empoderamento dos habitantes das comunidades onde se encontram.

A moeda social tem circulação local e configura-se uma prática monetária inovadora que ressignifica o processo social e econômico, recupera a capacidade dos agentes de influenciar os fluxos da economia local e na reprodução social como mecanismo de circular na comunidade os recursos locais. Possui lastro em moeda oficial, códigos de segurança, marca d'água, código de barras, número de serie e selo holográfico, e pode ser trocada no BCD sempre que necessário.

Os BCDs são vistos como uma tecnologia social intimamente ligada a estratégias de desenvolvimento territorial que utiliza a moeda social como um instrumento de articulação da produção, consumo e prestadores de serviço para o fortalecimento da economia local. Fomenta também outra lógica econômica de desenvolvimento ao promover ações que ampliam as capacidades necessárias para que o território se desenvolva.

A abordagem do desenvolvimento territorial local pode ser considerada eficaz quando é capaz de identificar e mobilizar atores sociais, recursos econômicos, conhecimento cultural etc., que devem ser aproveitados e desenvolvidos em nível local, aumentando capital social.

O BCD é um espaço de experimentação e aprendizagem que se efetiva no desenvolvimento de suas ações, na construção coletiva, na superação de desafios e nas práticas que mudam a percepção do indivíduo do seu papel como cidadão, podendo modificar a sua visão da própria comunidade, suas organizações e perspectivas de futuro.

O presente estudo apresenta uma discussão sobre os BCDs a partir de experiências que surgem por iniciativa da própria comunidade e as que surgem a partir do apoio e da indução da política pública. Pretende-se identificar as diferentes dinâmicas dos BCDs e das moedas sociais como instrumentos de promoção do desenvolvimento e fortalecimento das relações de identidade e transformação social em comunidades socioeconomicamente vulneráveis.

Segundo a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC), no Brasil em 2014 existiam 104 bancos comunitários distribuídos em 19 Estados da Federação. No Sudeste são 27 experiências, no Norte 16 e no Centro-Oeste 10 bancos comunitários. Na região Sul não há bancos comunitários, supostamente pela existência de uma forte tradição em cooperativismo de crédito. No Nordeste, onde o desenvolvimento não aconteceu de forma igualitária se comparado a outras regiões do país, estão localizados 51 bancos comunitários, concentrados em sua maioria no estado do Ceará, com 37 bancos, Estado berço da primeira experiência, o Banco Palmas, fundado em Fortaleza em de 1998.

O aumento do número de BCDs no Brasil nos últimos anos pode ser justificado pela incorporação das finanças solidárias no debate das políticas governamentais a partir do Plano Plurianual

2004/2007. Além disso, verificaram-se uma maior participação social nos debates e reivindicações em plenárias nacionais de economia solidária, resultando em políticas governamentais que tratam as finanças solidárias como instrumentos alternativos de financiamento para o desenvolvimento socioeconômico.

O tema foi se fortalecendo com a atuação da SENAES - Secretária nacional de economia solidária seja na realização de assistência técnica para geração de finanças solidárias ou na ampliação dos espaços nas políticas federais de economia solidária. Uma das ações principais foi o termo de cooperação entre o Ministério do Trabalho e do Emprego e o Banco Central com o objetivo de garantir o reconhecimento dos bancos comunitários como instrumento de apoio e fomento no campo das finanças solidárias (BRASIL, SENAES, 2013). O apoio da SENAES vem acontecendo desde 2010, com o lançamento de editais para o fortalecimento dos BCDs. Isto tem favorecido o aumento do número de bancos com moedas sociais em regiões pobres do país, que possuem potencial para a formação de um banco.

### **BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS NO BRASIL**

Os BCDs se configuram um fenômeno em construção, e a discussão dessas experiências no país são fundamentais para a compreensão do sentido do seu desenvolvimento. Apesar de seguirem a metodologia do Banco Palmas, pioneiro e referência nacional e internacional, as comunidades possuem peculiaridades, diferentes histórias, conhecimentos e aprendizagens próprias, de maneira que é importante perceber as diversas estratégias e metodologias que os BCDs e as moedas sociais podem assumir em distintos contextos e regiões do país. O conhecimento acumulado sobre os BCDs é fundamental para a construção de tipologias e novas metodologias de finanças solidárias.

As práticas aqui abordadas podem ser entendidas como modalidades de bancos comunitários, que poderiam ser referência para a construção de uma tipologia. As dimensões dessa tipologia dos BCDs podem ser examinadas a partir da iniciativa da criação do banco, da forma como se estruturam, assim como os produtos e serviços oferecidos.

O primeiro tipo, que chamamos de clássico, é formado pelas experiências de BCDs criados pelas próprias comunidades, que possuem moeda social, correspondente bancário e oferece microcrédito, semelhante ao Banco Palmas no seu início. Outro tipo são os bancos acompanhados por incubadoras universitárias para iniciarem e fortalecerem suas atividades, como o Banco Jardim Botânico, em João Pessoa/PB. Um terceiro tipo é formado com auxílio da iniciativa do poder político, geralmente articulado com as políticas de redistribuição de renda, como é o caso do Banco Cocais e Banco Popular de Maricá. Em geral, possibilitam e apóiam processos de geração de trabalho, renda e desenvolvimento local.

Pode-se iniciar pela experiência pioneira do Banco Palmas – Fortaleza/Ceará, que foi criado pelos moradores do conjunto Palmeiras, bairro da periferia de capital cearense para onde muitas famílias que residiam em áreas de risco foram remanejadas e passaram a morar sem nenhuma estrutura. A necessidade por melhorias na infraestrutura do Conjunto Palmeiras uniu os moradores, que se organizaram para reivindicar e realizar a urbanização do bairro. Ao refletir sobre a situação em que viviam, e ante as expectativas de urgentes mudanças, tornou-se evidente a necessidade de fortalecer a economia do bairro e melhorar a vida de todos. Percebeu-se que as pessoas construíam a maioria de suas relações econômicas fora do bairro, enfraquecendo a economia local. Um projeto começou a ser pensado e desenvolvido coletivamente e recebeu o nome de Banco Palmas. O empreendimento foi formalmente inaugurado e entrou em funcionamento em janeiro de 1998 (MELO NETO e MAGALHÃES, 2008, p.14).

Assim, o Banco Palmas surgiu fruto da ação da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) e do fortalecimento de uma comunidade pobre que luta por condições dignas de vida. O objetivo do Projeto Banco Palmas seria então garantir microcréditos para produção e consumo local a juros baixos, sem exigência de consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador. Mais do que um cadastro formal à concessão de crédito, exigia um conhecimento da vida da pessoa do tomador do empréstimo na comunidade. (FRANÇA FILHO, 2012, p 57).

A moeda social Palmas foi criada como o objetivo de fortalecer a economia local, e os moradores passariam a fazer suas compras

dentro do bairro, para que o dinheiro circulasse internamente e gerasse riqueza. Inicialmente, para que a moeda circulasse, foi necessário um trabalho e conscientização tanto dos comerciantes para que aceitassem a moeda social como meio de pagamento, como dos moradores para que utilizassem a moeda em suas compras diárias.

Com o objetivo maior de estimular o desenvolvimento endógeno do conjunto Palmeiras, o Banco atua com diversas frentes, desde atividades comunitárias, organizações associativas e reivindicativas, prestação de serviços bancários, disponibilização de pequenos créditos, fomento aos empreendimentos locais, atividades de formação e capacitação de apoio à criação e articulação de novos bancos comunitários com a disseminação dessa metodologia desenvolvida pelo Instituto Palmas.

Nestes 17 anos de vida, o Banco Palmas tem como convicção a geração de trabalho e renda na comunidade, com foco no desenvolvimento integrado voltado para a edificação de uma rede solidária de produção e consumo local. Desenvolve projetos sociais destinados a melhorar a qualidade técnica e profissional dos moradores do bairro.

O Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Sócio Economia Solidária (Instituto Palmas) foi criado em 2003 com o objetivo de disseminar a metodologia dos Bancos Comunitários e fazer a gestão do conhecimento e difusão das práticas de Economia Solidária criadas pelo Banco Palmas que inspirou a implantação de diversos bancos no país.

Uma dessas iniciativas é o Banco Jardim Botânico localizado na comunidade São Rafael em João Pessoa, que surgiu fruto de uma parceria entre a comunidade e as incubadoras INCUBES/UFPB e ITES/UFBA.

A comunidade São Rafael é considerada uma área de risco e vulnerabilidade econômica e social. Possui forte organização comunitária, que foi se consolidando ao longo dos anos com a presença e o apoio de várias organizações e de políticas públicas de inclusão social realizadas no bairro. Dentre essas instituições, o Centro Popular de Cultura e Comunicação – CPCC se destaca como grande liderança nas ações e projetos realizados no campo da economia solidária, tanto em parceria com o poder público como com instituições

da sociedade civil. Existe na comunidade a Rádio Comunitária “Voz Popular” (rádio difusora de poste) e empreendimentos econômicos solidários, como o grupo de produção “Jovem Pão”, que mantém uma padaria comunitária coordenados pelo CPCC. Ambos os empreendimentos foram construídos com o amparo de organizações de apoio, sendo uma a ONG ESSOR Brasil e a outra a Incubadora de Empreendimentos Solidários da UFPB.

Desde 2006, a INCUBES (Incubadora de Empreendimentos Solidários) da UFPB vem acompanhando e fortalecendo os empreendimentos nesse território. Levando em conta o histórico organizativo da comunidade e seu envolvimento com a economia solidária, a INCUBES decidiu expor a ideia do banco comunitário com moeda social como nova estratégia de desenvolvimento local. Em seguida, com a chamada pública da SENAES/MTE (Secretária Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego) para a implantação de bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil e o fortalecimento da rede brasileira de Bancos comunitários, a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia – ITES/UFBA foi à instituição selecionada como executora do projeto na Região Nordeste, com metas estabelecidas para todos os Estados. Na Paraíba, a ITES/UFBA estabeleceu parceria com a INCUBES/UFPB para o apoio à implantação de dois bancos comunitários.

A decisão pela Comunidade São Rafael foi motivada pelo acompanhamento que já vinha sendo realizado no bairro por parte da INCUBES, e a percepção de que existiam condições propícias para o desenvolvimento de um Banco Comunitário de Desenvolvimento, tais como: forte organização comunitária; iniciativas econômico solidárias em andamento; perfil das lideranças locais e outros projetos e apoios institucionais no território.

Após diálogo com a comunidade São Rafael no início do ano de 2012, a comunidade deu início ao processo de discussão acerca da possibilidade da criação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento, tendo como instituição âncora o CPCC (Centro Popular de Cultura e Comunicação). Este processo foi iniciado pela INCUBES e desenvolvido em parceria com a ITES/UFBA. Neste mesmo ano

comunidade escolheu o nome e logomarca do banco e a moeda social Orquídea que foi lançada em outubro de 2012 .

No Banco Jardim Botânico, a moeda social orquídea é utilizada pelo banco nas concessões de crédito para consumo. É aceita dentro da comunidade pelos comerciantes cadastrados pelo banco, com a ideia de que o recurso gire dentro da comunidade.

O Banco também funciona como motivador e gerador de ações e projetos desenvolvidos com a ajuda de parcerias: Projeto mobilização, inclusão e formação de catadores/as de materiais recicláveis da cidade de João Pessoa; Projeto Quintais Solidários; Projeto Balcão de Formação e Emprego Itinerante; Fortalecimento da Padaria Comunitária; Projeto do Banco de Alimentos Comunitário; Projeto Redes Sociais; Realização de cursos de informática na comunidade São Rafael, através do CPCC, a partir do Ponto de Cultura implementado na Comunidade; Formações sobre economia solidária e finanças solidárias e territorialidade, promovidas pela INCUBES e BCDJB com as crianças assistidas pela EBE- Entidade beneficente evangélica.

Outra iniciativa de BCD que se pode citar é o Banco Cocais, localizado no município de São João do Arraial, que possui 7,3 mil habitantes e se localiza a 250 km de Teresina/PI. O município não possuía nenhuma agência bancária ou correspondente bancário disponível. Até 2007, o único correspondente bancário próximo ficava no município vizinho. Para sanar o problema, foi implantado, com o apoio da Prefeitura de São João do Arraial, um Banco comunitário e uma moeda social chamada Cocal.

A prefeitura participou ativamente deste processo e parte do salário dos funcionários públicos e dos benefícios do bolsa família são pagos em moeda social. No Banco dos Cocais, as taxas e impostos podem ser pagos em moeda social, o que confere uma ajuda mensal ao banco.

Neste sentido, o banco comunitário vem complementar as instituições financeiras tradicionais, na medida em que atende ao público excluído financeiramente. O banco é de responsabilidade da sociedade civil, mas a Prefeitura e entidades locais compõem o conselho gestor.

Outra experiência peculiar pode-se citar o Banco Popular de Maricá, onde iniciativa de criar o banco partiu do poder público municipal e não da população do município.

Criado em Janeiro de 2014, o Banco Popular de Maricá está localizado no município de Maricá/RJ, e se configura numa experiência singular enquanto metodologia dos bancos comunitários, reconhecido como uma política pública municipal.

O município de Maricá possui 139 mil habitantes, sendo que 13mil pessoas vivem em pobreza extrema (IBGE 2010). Frente a essa situação, a prefeitura municipal instituiu um programa de distribuição de renda, destinando parte dos royalties do pré-sal para três mil famílias cadastradas nos programas sociais do município.

Para estas famílias foi repassada inicialmente a quantia de R\$ 70,00 (setenta reais) por mês. Na verdade, são repassados M\$ 70,00 (setenta Mumbucas), nome da moeda social virtual gerenciada pelo Banco. Este programa recebeu o nome de Bolsa Mumbuca, para fazer com que essa renda adicional propiciada pela prefeitura circule no interior do município, fortalecendo a economia local. Atualmente o valor repassado é de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), ou melhor, M\$ 85,00 (oitenta e cinco Mumbucas) que fazem diferença no orçamento das famílias beneficiadas.

A Mumbuca (nome do rio que corta o município) é repassada e circula como uma moeda social virtual via cartão magnético. Pequenos estabelecimentos comerciais cadastrados recebem máquinas que aceitam o cartão magnético.

Segundo o Instituto Palmas, o programa beneficiou 14.096 famílias, com o valor da bolsa de M\$ 85,00 (oitenta e cinco Mumbucas); 112 empreendimentos cadastrados na rede Mumbuca, com circulação de mais de dois bilhões de reais em Maricá.

As famílias beneficiadas serão incentivadas pelo banco para criarem cooperativas e grupos produtivos e pretende fornecer crédito para cooperativas, associações, artesãos, pequenos comerciantes e pescadores no valor de até 15 mil reais e juros subsidiados, além de produtos como seguros e cursos de capacitação.

Diante dessas experiências, pode-se destacar que se trata de casos diferenciados no que diz respeito iniciativa da criação do banco, da forma como se estruturam, embora mantenham o caráter de

inclusão que o banco proporciona além de mobilizar a comunidade para o debate em torno do projeto de desenvolvimento do território. Na verdade, serve como facilitador da organização territorial e requer múltiplas competências.

As ações e os processos do BCD valorizam não só a questão econômica, mas a interação social, a aprendizagem coletiva que pode modificar a realidade da comunidade e a ação reflexiva pelos moradores sobre os processos de desenvolvimento. Os sujeitos locais passam a atuar diretamente na gestão de uma organização que visa o desenvolvimento comunitário, daí a necessidade do fortalecimento da coletividade local e da formação de lideranças para a condução de seus projetos próprios de desenvolvimento.

### **O BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO LOCAL SUSTENTÁVEL**

Embora o nome “banco” caracterize inicialmente apenas serviços e incentivos financeiros, o BCD incorpora também mecanismos não financeiros, que constituem uma reconfiguração das relações econômicas e sociais. Muito além de mera prestação de serviços, a atuação do Banco Comunitário pressupõe e exige uma nova forma de gestão, de compartilhamento do poder de decisão, de participação da população local nas ações que abrangem os diversos setores da sociedade.

Neste processo, os agentes sociais percebem sua importância no desenvolvimento da comunidade e se enxergam como sujeitos econômicos e geradores de mudanças. Assim, adquirem capacidade crítica e discursiva, pensam e discutem sua realidade. O processo participativo permite a apropriação do instrumento Banco Comunitário e pode ensejar processos mais efetivos de emancipação comunitária.

O reconhecimento e a definição dos recursos endógenos estão ligados aos objetivos e ações que serão desenvolvidas pelos agentes locais como resultado de uma aprendizagem. Quanto maior a coesão social, a mobilização de conhecimentos e envolvimento, mais eficaz será a interação, tomada de decisão, identificação e gestão dos recursos para que o desenvolvimento seja sustentável.

Abramovay (2007) cita estudos italianos que enfatizam a importância da cooperação e da partilha de conhecimentos e experiências entre atores na formação dos ambientes em desenvolvimento em regiões italianas. Realça o papel dos agentes e as organizações no processo de desenvolvimento dando ênfase a dimensões subjetivas.

A capacidade dos agentes locais de se envolverem na resolução de problemas sociais através de políticas públicas pode ser uma condição para a construção de uma estratégia de desenvolvimento local com integração, participação e parcerias.

A integração está ligada à governança política e à necessidade de envolver no processo todos os agentes conduzindo a construção de equipes de liderança que gerem uma organização para o desenvolvimento local;

A participação diz respeito à necessidade de envolver a comunidade local na concepção e implementação de programas de desenvolvimento local disponibilizando informações e se engajando no planejamento comunitário, aspecto importante para o fortalecimento de um BCD.

A parceria refere-se a um envolvimento de estruturas organizadas da sociedade local, como: ONGs, universidades, órgão públicos e podem integrar novas estruturas de representação comunitária que são elas próprias parte da estratégia de desenvolvimento (do capital social), parceiros importantes que ajudam a desenvolver as potencialidades dos moradores e território na elaboração de estratégia territorial de desenvolvimento a partir destas potencialidades.

Os BCDs desenvolvem estratégias territoriais de desenvolvimento que promovam liberdades, no sentido de SEN (2006): 1) liberdade política. 2) disponibilidade econômica. 3) oportunidade social. 4) garantia e transparência. 5) proteção e segurança. Liberdades que promovam autonomia do indivíduo, ampliando as capacidades e oportunidades sociais, políticas e econômicas disponíveis.

As liberdades se fortalecem entre si, estão intimamente ligadas. A liberdade de expressão e política irá promover uma participação ativa e consciente do ser cidadão na vida política local. Esta participação consciente desenvolve a consciência crítica do indivíduo sobre sua realidade e poder de mudança sobre o que acontece ao seu redor. Envolve a geração de oportunidades sociais, educação, saúde

e de produção que facilitem a participação econômica, aumentem as riquezas e as liberdades. (SEN 2006).

Os eixos e ações dos BCDs focam o território e devem promover e expandir a consciência crítica e as liberdades que, vinculadas umas as outras, configuram fins e meios para o desenvolvimento. As ações e os processos do BCD valorizam não só a questão econômica, mas a interação social e a aprendizagem coletiva que pode influenciar a realidade da comunidade e a ação reflexiva para a transformação social.

*Figura 1: Eixos de ações dos BCDs para a promoção de liberdades e desenvolvimento*



Fonte: Elaboração própria

O BCD, trabalhando estes eixos em suas ações para o desenvolvimento territorial, fortalece e proporciona liberdades que desenvolvem o território de forma sustentável e valorizam o indivíduo,

possibilitando condições de desenvolvimento de suas liberdades e capacidades e condições a transformação social.

Entende-se que o BCD possui o potencial de resgatar as liberdades importantes para o desenvolvimento social, possibilitando autonomia e inclusão, amplificando as dimensões econômica, social e política da comunidade.

Quando se fala em mais autonomia, trata-se de liberdade, independência. Sair da sombra, do esquecimento, e tomar em suas mãos o poder de mudar a realidade, ter vez e voz. O BCD desenvolve as dimensões econômica, social e política através dos seus eixos de atuação, e possibilita o acesso a algumas liberdades e oportunidades que se apresentam quando as pessoas experimentam coisas novas, processos e espaços que geram autonomia e mudanças significativas ao ver sua realidade e o mundo.

O BCD desenvolve as liberdades através de suas ações na comunidade. A disponibilidade financeira gera a inclusão socioeconômica e financeira. Através de linhas de crédito oferecidas para consumo e produção, a avaliação de crédito inclusiva traz melhoria da autoestima dos usuários. Ao se sentirem merecedores do crédito, percebem-se incluídos financeiramente, algo que em outro tipo de instituição financeira não teriam acesso com facilidade. Os serviços solidários oferecidos, além de ajudarem os moradores que precisam de empréstimo, reorganizam as finanças locais na medida em que congregam produção e consumo, dinamizando a economia local com bazares, fundo de crédito, moeda social, feiras produtores locais etc.

A participação e controle social geram cidadania e liberdade política. O BCD é gerido coletivamente, de maneira que a mobilização dos sujeitos é de extrema importância para o fortalecimento das ações. Essa integração mobiliza pessoas e fortalece a organização local, incentivando a participação comunitária e outras iniciativas em prol do desenvolvimento local, da emancipação e da participação dos sujeitos na gestão do território. Entende-se que quando as pessoas se tornam conhecedoras dos seus direitos, empoderam-se e transformam sua realidade.

Ao desenvolver capacidades locais gera-se oportunidade social. O desenvolvimento das capacidades existentes na comunidade passa pela mobilização dos saberes e a construção de novos conhe-

cimentos coletivos, proporcionado pelas formações, programas de qualificação social e profissional, atividades de intercâmbio e troca de experiências, além da própria vivência do banco e da moeda social na comunidade.

Desempenho institucional gera garantia e transparência. A instituição gestora responsável pela mobilização dos atores internos e externos da comunidade, para possuir e manter a confiança da comunidade precisa exercer o diálogo e a comunicação constante com todos os moradores envolvidos na ação, exercitando a capacidade dialógica necessária para a gestão social dos recursos, com processos transparentes, buscando a unidade interna em torno dos projetos e ações pretendidas.

Ampliar o sentimento de liberdade significa ter acesso a espaços maiores que proporcionam a possibilidade de escolher. Escolher é um dos fundamentos democráticos, ter alternativas, poder decidir, entender que esta decisão pode significar o desenvolvimento da localidade. Constitui liberdade, ter a noção de quanto gasta e quanto pode gastar, escolher pagar as contas dentro ou fora da comunidade, escolher participar ou não, discordar ou não, entender a importância disto e promover mudanças.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Entende-se que o BCD possui o potencial de resgatar as liberdades importantes para o desenvolvimento social, possibilitando autonomia e inclusão, amplificando as dimensões econômica, social e política da comunidade.

As experiências dos bancos comunitários em andamento no Brasil funcionam como uma espécie de Agência de Desenvolvimento Comunitário de abrangência territorial local. Inicialmente, desponta como ferramenta de fortalecimento da economia local através da moeda social, e o banco comunitário amplia essa estratégia, possibilitando o acesso ao crédito às comunidades geralmente excluídas do sistema financeiro. Nesse caso, os bancos comunitários contribuem de imediato para a superação dessa característica que aprisiona as iniciativas econômicas da periferia das grandes cidades àquelas formas precárias existentes no circuito inferior da economia.

A inclusão financeira e a prestação de serviços financeiros ganham novos contornos na medida em que, com o fortalecimento das organizações comunitárias, os bancos comunitários ampliam a capacidade de diálogo e articulação da comunidade, amplificando a capacidade de mobilização e gestão de recursos e projetos voltados para o desenvolvimento do território.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, nas suas experiências cotidianas de construção e reconstrução, acabam conformando um espaço público de articulação, discussão e acolhimento de ideias para a resolução de problemas locais visando ao bem comum.

No processo recente, os BCDs têm surgido contando com o apoio de instituições universitárias e da sociedade civil, que acompanham e assessoram as organizações comunitárias nesse papel de Agência de Desenvolvimento Local que visa à construção social de uma nova realidade. Cabe destacar aqui a importância do apoio das Incubadoras Universitárias, que acompanham esses processos, contribuem para a mobilização de recursos, formam novos quadros técnicos e políticos para a atuação em processos de desenvolvimento local solidários, e aprendem nesse processo através da construção de novos conhecimentos. Parece-nos que se trata de ações de extensão universitária genuínas, que articulam ensino, pesquisa e ação comunitária visando à resolução de problemas sociais concretos, apontando inclusive para uma nova forma de relação universidade e sociedade.

Sendo recente, o fenômeno dos bancos comunitários ainda não se efetivou enquanto estratégia governamental para o enfrentamento à miséria e promoção do desenvolvimento em comunidades da periferia urbana. Em que pese o reconhecimento internacional do Banco Palmas, e sua importância para o movimento da economia solidária no Brasil, apenas a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE tem realizado esforços para apoiar a ampliação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Dois editais já foram lançados em apoio aos Bancos Comunitários existentes e para a criação de novos, embora ainda com recursos insuficientes para consolidar essa estratégia e apoiar materialmente a estruturação dessas experiências, todavia sem dúvida importante para a

estruturação de campo já bastante amplo e rico de experiências de finanças solidárias no Brasil.

Embora necessite de recursos para que seja possível seu funcionamento, a sustentabilidade dos BCDs não abrange apenas a lógica econômica. Os recursos financeiros são captados de diferentes fontes, desde fundos solidários construídos por doações, parcerias, cotização entre os moradores etc., até prestação de serviços como correspondente bancário e por editais do governo federal. (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2011)

Neste sentido percebe-se que os bancos surgidos com o apoio do poder público são mais fortalecidos, pois contam com uma ajuda financeira, o que facilita seu funcionamento e o desenvolvimento de ações que empoderam o território.

Diante das dificuldades financeiras que possam surgir, o que mantém o BCD funcionando são as relações construídas, o trabalho voluntário e a persistência da comunidade. Neste sentido, é importante que a comunidade tenha organização social e fortes laços de proximidade, para que não se corra o risco da limitação das ações e o fechamento do banco.

O desenvolvimento promovido pelo BCD articula o social, o econômico, o político e o cultural, na medida em que confere maior consistência às ações das associações comunitárias, promove a organização das atividades econômicas locais, apoia as iniciativas de produção, comercialização e consumo no bairro, realiza novas parcerias e projetos com órgãos governamentais, desenvolve atividades de capacitação e formação para seus moradores, entre inúmeras outras ações e atividades que passam a fazer parte do cotidiano da comunidade.

A circulação da moeda social permite ao morador analisar seus próprios gastos, o poder de seu consumo e da produção local para o desenvolvimento, bem como possibilita ao comerciante local o aumento do faturamento e o reinvestimento em seu comércio com uma inserção maior no circuito dos negócios. Salientamos que isto não se configura em grande acumulação, já que dependem totalmente do mercado local. A preocupação não está diretamente ligada ao aumento de lucros, e sim em melhoria da condição de vida e subsistência.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. "Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo" In: O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p.17-56. 2003.

\_\_\_\_\_. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: Almeida Filho, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007, p. 19-38.

BRASIL. SENAES/M.T.E. **Política Nacional de Economia Solidária. Termo de referência**. Brasília DF, 2013.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) como expressão de finanças solidárias**: por uma abordagem da inclusão financeira. SENAES M.T.E, Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. LAVILLE J. L. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004

\_\_\_\_\_. SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. Bancos comunitários de desenvolvimento, In: Cattani, Laville, Gaiger e Hespanha (Orgs), **Dicionário internacional da outra economia**. Editora Almedina, Coimbra – São Paulo, 2009, p.31-36.

INSTITUTO PALMAS. **Cartilha para multiplicadores na metodologia de bancos comunitários** – material pedagógico de apoio. Fortaleza, 2011.

MELO NETO, João Joaquim de; MAGALHÃES, Sandra. **Banco Comunitário e Cooperativa de crédito** – uma relação necessária para potencializar as finanças da periferia. Fortaleza: Expressão, 2005.

\_\_\_\_\_. **Bairros Pobres, ricas soluções** – Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão, 2008.

\_\_\_\_\_. **O poder do circulante local** - a moeda social no conjunto Palmeira. Fortaleza: Instituto Palmas, 2005.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. **Banco comunitário**: serviços financeiros solidários em rede. Fortaleza: 2006.

ROSCHER, Guy . **Sociologia Geral**, Lisboa, Presença, 1971.

RUTKOWSKI, J.; LIANZA, S. **Sustentabilidade de Empreendimentos Solidários: que papel espera-se da Tecnologia?**. In: Brasil, FINEP; PETROBRAS. (Org.). **Tecnologia Social** – uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2004. p. 167-186.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países sub-desenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2004.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

**Solidários** – INCUBES com a ampliação das ações de geração de trabalho e renda e desenvolvimento comunitário. João Pessoa, 2011. (Projeto PROEXT 2011-2012).

UFBA – ITES. **Projeto Básico Rede Nordeste de bancos comunitários de desenvolvimento.** Salvador, 2010. (Edital de Chamada pública de Parceria SENAES/TEM n. 03/2010).

USP– NESOL, Instituto Palmas. **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando.** São Paulo: A9 Editora, 2013 v.1 180 p.

Recebido em: 25.8.2015

Aprovado em: 15.9.2015

Avaliado pelo sistema double blind review.

Editor: Elmo Tambosi Filho.

Disponível em <http://mjs.metodista.br/index.php/roc>